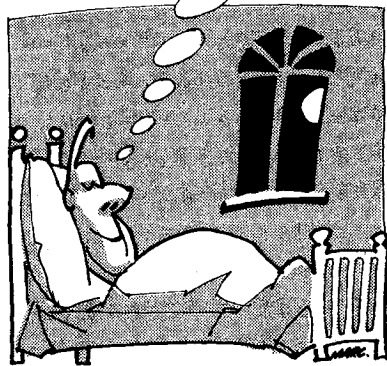


Sem o pesadelo da dívida externa

Para discutir se o acordo feito com os credores internacionais é vantajoso ou desvantajoso para o País, é preciso começar com uma comparação simples: as propostas que o PMDB (desde o tempo que era oposição, na Velha República) sempre defendeu, e as condições finalmente aceitas pelo Ministro Mailson da Nóbrega, com a óbvia aprovação do Presidente Sarney. Três pontos principais representam a essência do acordo: refinanciamento, isto é, adiamento das prestações que venceriam nos próximos anos; prazo de carência, isto é, prazo em que a primeira prestação da dívida deve ser paga; taxas de juros e comissões (*spreads*, ou "margens de lucro") cobradas pelos bancos. Eis o confronto entre as "propostas soberanas" do PMDB e a realidade do novo acordo:

● **Refinanciamento** — pelo acordo, todas as prestações que venceriam de 1987 a 1993, no total de US\$ 64 bilhões, foram adiadas. O peso dessas prestações era realmente gigantesco: nada mais, nada menos do que US\$ 13 bilhões a serem pagos (teoricamente), por ano, em 1987 e anos subsequentes. Agora, até 1993, o Brasil não precisa se preocupar com essas prestações. O que o PMDB defendia? A maioria dos empréstimos concedidos pelos banqueiros internacionais, até a grande crise dos endividados, tinha um prazo de vencimento de 7 a 10 anos. O PMDB defendia um novo prazo, de 12 a 15 anos. O acordo estabeleceu um prazo de 20 anos, muito mais vantagem portanto.

O que isto significaria, na prática? Se a dívida antes devia ser paga em 84 prestações (7 anos, vezes 12 meses) ou 120 prestações (12 anos, vezes 12 meses), agora ela pode ser parcelada em 240 prestações. Logicamente, cada prestação passará a ser muito menor, pesará muito menos (quando o Brasil precisar começar a



pagá-las) do que no passado — e do que o PMDB desejava. Em 240 meses, a prestação será a metade do que seria — esquematicamente — para o prazo de 120 meses defendido pelo PMDB. Em outras palavras: o Brasil ganhou duplamente. Não apenas não precisará se preocupar com as prestações da dívida externa que venceriam de 1987 a 1993. Além disso, quando começar a pagar, enfrentará prestações menores, precisará de menos dólares para quitá-las.

O alívio foi portanto intenso, e não apenas a médio prazo: também a longo prazo, a carga da dívida externa ficou muito menor.

● **Carência** — Houve época em que o Brasil tomava um empréstimo internacional, e já precisava começar a pagá-lo, isto é, a primeira prestação vencia, daí a um ano — muito antes mesmo, é óbvio, de que os pro-

jetos financiados pelos banqueiros tivessem sido concluídos e estivessem em operação, gerando dinheiro para o seu pagamento. Depois, esse prazo para vencimento da primeira prestação, ou prazo de carência, subiu para 3 anos. O PMDB desejava um plano de carência de 5 anos, com um argumento justíssimo, usado também para o adiantamento da dívida já existente, como um todo (refinanciamento, analisado acima). Dizia o PMDB que, se os credores concedessem prazos maiores em ambos os casos, o País, em lugar de reter seus recursos para o exterior, poderia investi-los na ação de novas fontes de riqueza (fábricas, minas, usinas, exploração petrolífera, serviços, agricultura etc.) cuja renda facilitaria, no futuro, o pagamento da dívida. Assim como famílias endividadadas honrariam mais facilmente seus compromissos se os credores lhes dessem tempo de montar novos negócios, gerando mais receita, o mesmo ocorreria com o Brasil e endividados em geral, apontava o raciocínio. Ele era correto. E foi aceito pelos banqueiros. Agora, além de adiarem (refinaciarem) a dívida de US\$ 64 bilhões, que venceria nestes cinco anos, os credores concederam, como visto, nada menos de 20 anos para seu pagamento. E, de quebra, concederam um prazo de carência de nada mais que 8 anos, contra os cinco defendidos pelo PMDB, para o pagamento da primeira prestação relativa aquele valor. O Brasil ganhou 8

anos para investir, crescer, gerar novas fontes de riqueza que ajudem a pagar os compromissos da dívida (em prestações mais brandas, lembre-se).

● **Juros** — O Brasil contratou empréstimos em uma época em que as taxas de juros internacionais variaram de 5 a 7%. Ao ano. Depois, elas subiram até 18% (ou eventualmente, até os 20%) ao ano. O PMDB defendia, então, que nos novos acordos os juros fossem fixos, em torno de 12%. O que, aparentemente, representava imensa vantagem em relação aos 18% da época. Só que, agora, os juros caíram para a faixa dos 8 a 9%, no momento (ou até 7%, recentemente) — o que significa que, se os 12% fixos tivessem figurado num acordo, hoje o Brasil estaria enfrentando imensos prejuízos. Obviamente, fica claro que falar em juros "fixos" é uma faca de dois gumes.

O acordo prevê a cobrança de juros pelos níveis internacionais, flutuantes. Mas as comissões dos banqueiros foram substancialmente reduzidas: de 2,1% (ou até 3% com a cobrança dos chamados *fees*), elas caíram para 0,81%. São esses os dados fundamentais do acordo. Com ele, sai da cena a afirmação de que "o Brasil não pode pagar sua dívida", e está "condenado à recessão" por causa das remessas ao exterior. Foi criada uma "folga" para o País investir e crescer. Um caminho que poderia ter sido trilhado há dois anos — como esta coluna defendeu na época — sem a bravata da moralidade, pois a verdade é que desde 1986 essas condições mais favoráveis aos endividados já vinham sendo oferecidas pelos banqueiros. Quanto custou ao Brasil, e à sociedade brasileira, o comportamento "nacionalista" que marcou as relações com os credores internacionais nos últimos dois anos? É só olhar ao redor para ter uma resposta.